



REFLEXÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DE ENFRENTAMENTOS E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Augusto Cardoso ¹

Resumo: O presente artigo propõe-se a estabelecer um debate analítico e crítico acerca do que caracteriza os movimentos sociais historicamente. Constitui-se de uma análise crítica histórica de literatura sobre movimentos sociais, cujo recorte centraliza-se sobre demandas educacionais dos movimentos, bem como sobre a discussão analítica crítica sobre o novo contexto de produção científica nesse campo. Trata-se, pois, de estudo bibliográfico que recorre aos estudos datados a partir do século XIX, no cenário internacional e local. Consta que torna-se cada vez mais urgente a compreensão das contradições inerentes aos movimentos sociais e à conjugação de forças da classe trabalhadora em torno de um objetivo da superação da hegemonia burguesa e consequente efetivação dos direitos coletivos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Políticas públicas. Sociodiversidade.

INTRODUÇÃO

Presenciamos no mundo globalizado, em particular nas últimas décadas, a afluência de grupos e movimentos sociais que têm revelado cada vez mais múltiplas formas de organização, distintas de motivações referentes às novas demandas no campo da coletividade, recorrendo à memória de repertórios de ação e incorporando novos recursos educacionais, tecnológicos e cognitivos cuja composição é sempre construída a partir de processos de identificação com discursos de classe, de gênero, de etnia, de raça, de religião, de empatia e resiliência, sobre meio ambiente, dentre outros, articulados em torno de demandas gerais ou regionais que muitas vezes transcendem uma categoria local ou regional.

Para compreendermos essas atuais demandas das políticas públicas voltadas aos movimentos sociais no atendimento aos diversos grupos em suas organizações, precisamos conhecer o processo histórico que nos trouxe até aqui, até mesmo para podermos compreender melhor as contradições e os caminhos para evolução dessas exigências.

¹ Doutor e Mestre em Administração pela UFBA-BA. Administrador, professor e coordenador de cursos universitários. E-mail: augusto.iacoc@gmail.com.



Assim, ao discorrermos sobre movimentos sociais devemos considerar os espaços de disputas políticas, onde o debate sobre os pleitos educacionais, sociais, culturais, ambientais, dentre outros, é articulado em torno de diversos eixos e problemas de políticas públicas.

Dentre as demandas históricas e contemporâneas experimentadas pelos movimentos sociais, mencionadas aqui neste artigo, direcionaremos nossa análise àquelas que debatem sobre a valorização das políticas e programas educacionais, bem como aquelas que contemplam os elementos que subsidiam e estruturam a sociabilidade educacional e sua docência.

Os movimentos sociais emergentes, tanto nas cidades como no campo, estão abrindo um novo espaço de participação sociopolítica que se plasma nas diversidades identitárias das condições educacionais para o desenvolvimento das populações que habitam o planeta terra.

Na atualidade, esses movimentos estão gestando cada vez mais novos direitos – educacionais, ambientais, culturais, coletivos – em resposta a uma problemática humanitária planetária das demandas do século XXI, no campo da coletividade, que emerge na contemporaneidade como uma nova “crise civilizatória” – efeito de saturação e de transbordamento da racionalidade social, educacional e econômica (SANTOS, 2004).

Desse modo, discutir a constituição de qualquer campo de conhecimento hoje não é uma tarefa tão fácil, principalmente quando é especificamente relativo à compreensão das categorias dos movimentos sociais. Nesse campo, a dificuldade é em dobro devido à abrangência do tema - afinal o que cabe na categoria movimentos sociais?!

Em assim sendo, *a priori*, o presente artigo propõe-se a estabelecer um debate analítico e crítico acerca do que caracteriza os movimentos sociais historicamente. Essa construção constitui-se de uma análise crítica histórica e contemporânea de literatura sobre movimentos sociais, onde o recorte da discussão sobre o método, neste caso específico, situa-se sobre os desafios e as demandas educacionais dos movimentos, bem como sobre a discussão analítica crítica sobre o novo contexto de produção científica, a partir do entendimento do processo dos conhecimentos vindos dos movimentos urbano e rural.

Para tanto, a pesquisa documental e bibliográfica oferece-nos pelo presente estudo importantíssimos meios para definir e compreender não somente problemas já conhecidos pelos movimentos sociais, como também avistar novas áreas e demandas desses movimentos, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente, o que permite o reforço paralelo na análise crítica e criteriosa de entendimento e manipulação das informações recolhidas na pesquisa bibliográfica e documental, sites, dentre outros.

Dessa forma, como ressaltam Lakatos et al (1990, p. 66), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Atualmente, as demandas dos movimentos sociais educacionais são cada vez mais determinantes nas políticas dos países em todo o mundo – em especial nos países em desenvolvimento – devido à escassez dos recursos naturais, mesmo naqueles países considerados como possuidores de uma grande biodiversidade, como o Brasil e outros países da América do Sul, que possuem as maiores reservas de água doce e floresta do mundo, mas que, hoje, convivem com situação de escassez da água, alterações climáticas, secas, entre outras condições, fruto dos impactos negativos de gestão educacional do Estado sobre o bem da sua coletividade.

Em virtude dessas constatações históricas e teóricas de cunho epistemológico educacional, a nossa tentativa de compreensão conceitual e definição do que venha a ser os Movimentos Sociais não se restringiu aqui somente a contribuições dos teóricos, pesquisadores e estudiosos do campo das ciências sociais e nem tampouco das ciências humanas, entre outros, visto que na busca dos significados para essa presença, diferentes interpretações são propostas partindo de perspectivas históricas e teóricas distintas.

No nosso entendimento, isso configura-se como pluralismo² de agentes sociais que estão sempre em constante mobilização em torno de diferentes programas e demandas, onde ocorrem a todo tempo as identificações de coletividades de pertencimentos de bem-estar de todos, a partir dos sentidos já fixados, construindo e articulando as demandas que escapam aos programas e ao discurso sociopolítico hegemônico. Nessa direção, concebe-se uma presença multiforme e interdisciplinar de agentes sociais que constantemente ampliam as formas de demandas, de identificação, de composição e de procedimentos sociopolíticos e educacionais.

Assim sendo, as novas e velhas demandas socioeducativas dos movimentos sociais, frente às transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas ou cognitivas são marcadas, cada vez, mais por vários contextos, cujos desdobramentos são vistos, executados e vivenciados sempre no campo das ações das coletividades.

² Pensamento, doutrina ou conjunto de ideias segundo as quais os sistemas políticos, sociais e culturais podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados por uma pluralidade de grupos autônomos, porém interdependentes.

Neste contexto, de modo complementar, podemos afirmar preliminarmente neste trabalho que o equilíbrio dessas demandas entre movimentos sociais e o Estado não é mantido por linha horizontal de decisões conscientes e equilibradas, mas por um conjunto complexo de abordagens teóricas, sociais e políticas, muitas das vezes fundamentadas nos diferentes padrões de comportamento, fortemente marcados por diferentes visões, valores socioculturais coletivos de pressão social, partindo sempre do entendimento dos movimentos sociais como coletividade que historicamente vem reproduzindo seus modos de convivências coletivas com base em modos de cooperação social e formas específicas de relacionamento com o Estado.

Tendo em vista que inicialmente a categoria movimentos sociais seja uma abordagem de abrangência teórica cheia de ambiguidades, torna-se essa categoria extremamente difícil de encontrar na própria essência uma abordagem conceitual e teórica livre de ambiguidade.

Deste modo, o presente artigo, abordará a trajetória histórica dessa coletividade, enquanto, movimento social organizado, visto que as demandas educacionais pressupõem novas relações dialógicas e pedagógicas centradas nos modos de aprender e das relações sociais que valorizam a diversidade em todos as atividades, espaços e formas de convivências.

Buscando uma definição de movimentos sociais

Na efetivação dos programas de Estado de direito de todos à educação, à igualdade e à diferença, os direitos específicos servem para eliminar as discriminações e preconceitos, bem como para garantir de forma continuada a plena inclusão socioeducativa de todos os cidadãos.

Esse fato implica para os movimentos sociais uma visão mais ampla de dinâmicas sociais, a partir da qual se constroem e reconstroem suas identidades de direitos educacionais, sociopolíticas, econômicas e culturais, entre outros – articulados os diferentes elementos que criaram e recriam a todo momento da história contemporânea desses movimentos os sentidos a partir dos quais são identificados seus objetivos, equidade, razões e mecanismos pertinentes àquelas composições sócio-diversos do direito à educação e à expansão do sistema educacional.

Consequentemente, essa perspectiva reforça o entendimento de que vivemos em uma sociedade democrática e que tem por definição a pluralidade, o convívio e a interlocução nas diversidades socioeducacionais em que o direito de participar nos espaços e processos comuns de ensino e aprendizagem realizados pelo Estado está previsto na legislação e as políticas educacionais devem estar compatíveis com esses pressupostos que orientam para o acesso pleno

em condições de equidade todo o sistema de ensino brasileiro dos três poderes que representam a administração pública.

Deste modo, as demandas das políticas educacionais dos movimentos sociais preveem também a eliminação das barreiras à educação dos alunos com às necessidades educacionais especiais, promovendo a participação a partir de novas relações fundamentais para uma socialização humanizadora.

Assim sendo, partimos de um entendimento conceitual de que os movimentos sociais são meios pelos quais a sociedade civil tende a aproximar-se das transformações e ajustes de condutas educacionais necessárias para uma certa demanda ou categoria.

Esse entendimento pressupõe que determinados grupos ou indivíduos agem afim de trazer uma melhoria à sua necessidade, agem em coletividade com outros indivíduos que buscam o mesmo propósito.

Em vista disso, a explosão vivenciada pelos diversos movimentos sociais mais ou menos organizados, mais ou menos institucionalizados ao longo da sua história deve-se à própria dinâmica do movimento e à sua modernidade.

Neste contexto, ao instaurar a noção de que o destino do movimento social é obra do sujeito coletivo na história educacional da humanidade, nos leva a pensar numa genealogia teórica que explique os movimentos sociais nos planos das ciências sociais e humanas.

Os movimentos sociais e as ciências humanas

Os aspectos histórico-sociais do quadro estatístico da demanda educacional brasileira em relação aos movimentos sociais devem ser compreendidos de maneira articulada com as questões implicadas em coletividades em nosso país e nas políticas em geral direcionadas a esse segmento. Historicamente, os movimentos sociais brasileiros têm tido a sua visibilidade como sujeito de direitos condicionada ao empenho para tornar as políticas públicas com plena integração à vida social.

Ao longo de quase todo o século XX, a sociedade brasileira, suas agências formadoras e seus agentes empregadores regeram-se por padrões de normalidade e as pessoas desses movimentos sociais são naturalmente compreendidas como fora do âmbito social, onde as medidas governamentais dirigidas a uma categoria enlaçada por movimentos de grupo,

igualmente – quando existiam – eram concebidas de maneira apartada em relação às políticas públicas gerais.

Esse fato é tão notório que ao longo da história da humanidade o desenvolvimento vindo a partir dos embates entre os movimentos sociais e as instituições a eles ligadas era sempre segregado de atendimento, inclusive educacional. Esse desenvolvimento conquistado pela mobilização respondia como enfrentamento ao descaso ou à desatenção apenas residual da parte do Estado.

Além disso, historicamente, as informações censitárias seguiram o mesmo padrão. Quando quaisquer demandas que diziam respeito às ações de movimentos sociais eram atrelados como aspectos de vagabundagem, com vistas a criar as barreiras estruturais, administrativas e pedagógicas no total enfrentamento de acesso à educação, à cultura e ao trabalho, ou seja, à cidadania.

Assim sendo, a primeira vez que o referencial teórico e conceitual de movimentos sociais aparece nas ciências sociais ocorre somente no século XIX, de um modo geral, como um sinônimo das lutas operárias organizadas, como o Cartismo³, em oposição às ações diretas, localizadas, explosivas e secretas.

Nesse contexto, Gohn (2008), ao mapear correntes históricas das teorias clássicas e das ações coletivas, dos movimentos sociais, aponta para Lorenz Von Stein que em 1842 faz menção à categoria e ficou conhecido na história como o primeiro teórico a utilizar o termo “movimento social” nos seus estudos.

Isso teve lugar diante da necessidade de conceituar uma Ciência da Sociedade para estudar o socialismo emergente na França. Também são apresentadas no mesmo estudo as contribuições de outros teóricos franceses do final do século XIX tais como: Taine (1887), Tarde (1898) e Le Bon (1895).

No que diz respeito ao próprio estudo das abordagens teóricas dos movimentos sociais da Europa do século XX, Gohn (2008), retoma sua análise histórica e conceitual, fazendo menção a importantes contribuições de teóricos tais como: Blumer, Hebrle; Killiam, Max Weber e Turner, entre outros, ao priorizar a contextualização histórica e teórica dos movimentos sociais na expressão de uma ação coletiva decorrente de luta econômica, cultural e sociopolítica.

³ Movimento político de cunho reformista, que ocorreu na Inglaterra entre 1837 e 1848. Dele resultou a Carta do Povo, redigida em 1838, que continha o programa do movimento.

Ainda segundo Gohn (2008), usualmente os movimentos sociais têm elementos constituintes que são características que configuram sua identidade – adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – e fazem com que esses movimentos sociais se organizem historicamente em articuladores e articulações na formação das redes de mobilizações e nas práticas comunicativas diversas, os quais vão dando sentido à oralidade direta dos novos recursos tecnológicos dos projetos ou visões de mundo que dão suporte às suas demandas e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Para melhor entendimento conceitual dos movimentos sociais, Gohn, aponta três formatos organizativos: - a) os movimentos identitários, que são aqueles que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, sociais e culturais; b) os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, na cidade e no campo, e que buscam acesso e condições para a terra, moradia, alimentação, saúde, transporte, lazeres, emprego e salário; c) e os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, por meio de fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, entre outros.

Em vista disso, não podemos esquecer que essas correntes e abordagens histórica e teóricas dos movimentos sociais, analisadas por Gohn até século XIX eram formadas por sujeitos e temáticas que até então não tinham ainda a visibilidade das mulheres, jovens, índios e negros e se desenvolveu nos Estados Unidos, mas tinha adeptos na Europa, principalmente na Inglaterra – corrente essa, que busca suporte nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII e tem na sua história ícones como Adam Smith, John Lock, J.S.Mill, entre outros.

Ao pensarmos essas evidências em relação ao poder educacional do Estado, especialmente em sua dimensão histórica de enfrentamento pelos movimentos sociais, observamos que o Estado brasileiro, através dos seus representantes, se constitui como pólo acima da sociedade e busca, por intermédio de vários mecanismos e institucionais legais, sempre continuar a garantir esse jeito de organização da vida em sociedade.

Dessa forma, esse importante mecanismo do Estado de fazer do direito de todos à educação e seus processos um movimento coletivo de mudança, aponta em certo sentido para a adoção de políticas públicas inclusivas a todos, no sentido de transformação dos sistemas educacionais e das práticas sociais, que envolvem cada vez mais as relações com as famílias, o Estado e a sociedade civil organizada.

No Brasil, nas últimas décadas, presenciamos a afluência ao sistema educacional de movimentos sociais a partir de uma revelação de múltiplas formas de organização e

reorganização de velhas e novas demandas de distintas motivações de direitos socioeducativos, recorrentes das memórias históricas.

Nas demandas dos movimentos sociais como novos repertórios de ações sócio-diversos de abordagens educativas incorporadas à interdisciplinaridade dos recursos tecnológicos e cognitivos do século XXI, a composição social coletiva e individual se constrói a partir de processos de identificação dos velhos e novos discursos de gênero, etnia, raça e religião, direitos, entre outros, articulados em torno das demandas locais e globais de bem-estar da humanidade.

Isto posto, hoje a (re)configuração contemporânea dos movimentos sociais está composta de um quadro interdisciplinar de agentes sociais que se mobilizam o tempo todo em torno de diferentes demandas e programas do Estado, num processo não monódico, em que ocorrem as identificações a partir dos sentidos já fixados ou construídos ou articulando esses sentidos que escapam ao discurso hegemônico das políticas públicas.

Do mesmo modo, entendemos os movimentos sociais como grupo de pessoas que atuam conjuntamente para transformar algum aspecto da vida em sociedade, de um dado território geográfico ou simplesmente dos próprios indivíduos da mesma comunidade, o que nos concebe uma presença multiforme e interdisciplinar de agentes sociais, ampliando assim, as formas de identificação, de composição de direitos e de procedimentos educacionais e articuladores.

Além disso, as releituras das obras de Durkheim e Weber contribuíram muito para a formação de um corpo teórico não marxista de interpretação – mas dos movimentos sociais, especificamente das categorias de indivíduo e de grupo, de anomia, de ação social, de integração social de família e de vizinhança, de crise, de sexo e de cor – que vai ser mais tarde incorporada aos estudos do Alain Touraine⁴ nas compreensões teóricas e conceituais dos movimentos sociais no século XX.

Nesta fase, a ênfase deixa de ser o potencial revolucionário dos movimentos sociais, mas centra-se nas definições a partir das relações de classe, sobretudo quando Gohn apresenta outras contribuições das principais correntes teóricas dos movimentos sociais, denominados de histórico-estruturais, baseados nas contribuições de Marx, Gramsci, Lefevre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lênin e Mao Tse Tung – a culturalista identitária que se baseia no

⁴ Alain Touraine é um sociólogo francês do século XX, conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais. Tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão "sociedade pós-industrial".

idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem fenomenológica e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral - além de Hegel, Foucault, Habermas, Bobbio, Arendt, Giddens, Bourdieu, Touraine, Melucci. Considerado nessa amplitude, o campo teórico sobre movimentos sociais é ainda um campo aberto a muitos significados das ações coletivas no Brasil. Esse contexto, no século XXI, leva-nos a formular perguntas sobre como entender e como explicar as ações coletivas num campo multidisciplinar, teórico e de cunho metodológico das ações coletivas no âmbito particular das abordagens educacionais sociopolíticas no espaço brasileiro.

Neste sentido, ao contextualizar conceitualmente os movimentos sociais, significa aqui um esforço para entendê-los ou tentar entendê-los através das suas movimentações históricas, no que diz respeito aos seus próprios contextos históricos e teóricos sócio-diversos rurais e urbanas de origem. Isso implica dentro da esfera de nossa modernidade educacional brasileira no reconhecimento dos diálogos da interdisciplinidade e dos processos que fizeram deles um tema que tem reunido diferentes disciplinas acadêmicas das ciências sociais e humanas, entre outros.

Neste sentido, parece claro para nós que, diante das exigências do nosso tempo, a noção de movimentos sociais deve ser posta em relação com a teoria do direito e sustentabilidade desses movimentos na ideia de que as políticas públicas educacionais, de sociedade civil e de cidadania podem construir.

Para Joseph Ki-Zerbo (2006), Marx foi o autor que melhor usou a ambiguidade contida no termo movimentos sociais com o significado de ação política dos trabalhadores fabris, considerando a importância dos sindicatos (*trade-unions*) ingleses na formação da consciência de classe.

Já Marx (1976), em sua obra *Miséria da Filosofia*, afirma que as condições econômicas e de produção fizeram dos trabalhadores uma nova classe para o capital; mas apenas a sua luta coletiva, os movimentos sociais, os teriam convertido em classe consciente de si mesma.

Em síntese, aceitamos que as lutas de Marx contra o capital forjaram a consciência de classe operária da época, sendo que, pela primeira vez a noção de movimentos sociais aparece como as diversas formas de participação do proletariado na sua própria emancipação social. Apesar de Marx não criar nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, ele forneceu indicações precisas para a sua compreensão. Para Marx:

As condições econômicas tinham por princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 1976, p. 136).

Visto que as tentativas de compreensão e de abordagens teóricas dos movimentos sociais não se restringiram somente ao campo do marxismo, uma vez que, as releituras das obras de David Émile Durkheim – com categorias tais como: ação social, indivíduo/grupo, integração social, e crise; família e vizinhança; sexo e cor vão ser incorporadas por vários autores na compreensão dos movimentos sociais no século XX.

Esse fato trouxe novas contribuições para a formação de um corpo teórico não marxista e de interpretação dos movimentos sociais na modernidade educacional, visto que a ênfase deixa de ser o potencial revolucionário desses movimentos sociais definidos a partir das relações de classe.

Devemos constatar que a distinção essencial de movimentos sociais com movimento da sociedade capitalista é que a capacidade de mobilização e trabalho ainda não se transformou em mercadoria tangível, apesar de que, em certos casos, já exista alguma dependência dessas categorias em relação ao mercado capitalista e à globalização neoliberal de cunho educacional. O problema que surge nesse contexto diz respeito às dificuldades de uma discussão que seja, simultaneamente, abrangente sobre o tema abordado nas suas peculiaridades históricas e conceituais.

Diante desses e de outros riscos que corremos, optamos por pautarmos a presente reflexão apenas sobre a compreensão da definição de movimentos sociais. Em síntese, isso implica numa visão histórica e ampla da dinâmica dos movimentos sociais, a partir da qual construíram e são reconstruídas identidades.

Neste caso específico – identidades sociopolíticas, educacionais, econômicas, culturais e de saberes. Assim, são articulados diferentes elementos que criam e recriam sentidos a partir dos quais são identificados seus objetivos, desenvolvimento, equidade, razões e mecanismos pertinentes àquelas composições sócio-diversos do direito à educação e à própria expansão do sistema educacional.

Em suma, a composição contemporânea dos movimentos sociais se constitui a partir de processos de identificação individual ou de direito com discursos de classe, gênero, etnia,

raça, religião, entre outros. Ou seja, essa composição faz-se articulada em torno de demandas gerais que transcendem categorias e espaços geográficos.

Com isso, entendemos que essa qualidade do debate sobre movimentos sociais só pode ser atingida de modo histórico e interdisciplinar.

De um modo geral, nas últimas décadas presenciamos a afluência de grupos e movimentos que revelam múltiplas formas de organização e reorganização da sociedade em geral, onde as motivações desses grupos sociopolíticos e educacionais se orientam através das novas demandas e também recorrerem à memória de repertórios de ação incorporados a recursos tecnológicos e cognitivos.

Essas memórias vivenciadas sempre por um grupo de pessoas ou comunidades que atuam conjuntamente para modificar ou melhorar algum aspecto da sociedade.

Por conseguinte, estes movimentos surgem da iniciativa cidadã, quando um grupo percebe que não tem os mesmos direitos que os demais membros da sociedade. Por isso, os movimentos sociais convocam passeatas, ocupações de espaços públicos e fechamento de ruas, para chamar a atenção do governo e da população para suas causas.

Geralmente, os movimentos sociais possuem uma relação conflituosa com o Estado, pois alguns desejam alterar a própria composição do mesmo.

Conforme Santos (2002), o auge desta irracionalidade do Estado moderno se dá através da globalização *neoliberal*, efetivamente por volta de 2007-2008, com o fenômeno da “crise do preço dos alimentos” – desequilíbrio econômico agroalimentar que lançaria à desumanidade da fome o número recorde de um bilhão de seres humanos.

Ainda segundo o autor, durante esse lamentável período, há logicamente uma escala de conflitos sociais: *lutas de classe* que ora adquirem novos formatos sociais atualizados.

Por outro lado, é bom lembrar que os novos *sujeitos sociais*, mencionados aqui e que emergem desta catástrofe desumana e ganham protagonismo nesse novo cenário moderno devastador, são aqueles que viriam a ser denominados de *novos* movimentos sociais, conceito com que se busca diferenciá-los dos movimentos sociais clássicos, de organização maiormente operário, para os quais o processo educacional ou a educação é um direito de todos os seres humanos e um espaço altamente disputado de condição pública e potencialidade emancipatória, importante para nosso presente e futuro cujo próprio poder de decisão acerca desses valores é questionado por não cumprir suas funções. (ROBERTSON, 2012).

Importante salientar ainda que os movimentos sociais se fazem presentes de diversas maneiras e formas ao longo de milênios sempre na marcha da história nos agrupamentos étnicos, religiosos, de homens pretos escravizados, e camponeses (GUNDER FRAN & FUENTES, 1989).

Assim, o conceito de movimentos sociais se encontrou como uma forte questão e se analisar, a partir da referência e do senso comum, conforme foram se apresentando os avanços dos estudos e demandas das lutas sociais e do poder de transformação dos movimentos sociais, bem como de suas potencialidades. Sem dúvidas, ação dos movimentos sociais é, pois, o grande garantidor de conquistas em diversas esferas da sociedade, a exemplo da garantia dos direitos das pessoas mais atingidas pelas desigualdades educacionais do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto discutimos sobre o processo histórico da formação dos movimentos sociais no Brasil tecendo também considerações acerca da atual conjuntura política, econômica e social brasileira no que tange às ações provocativas dos movimentos sociais. Há um reordenamento e reconfiguração das forças hegemônicas que cada vez avançam e disputam o território público em benefício próprio e não da coletividade. A partir dos pontos apresentados, vimos como é difícil, dentro de um sistema desigual, como é a estrutura das sociedades capitalistas, desenvolver um processo de formação emancipatória de igualdade de direitos e deveres, consideradas as diferenças, sendo, pois, primordial um engajamento articulado e crescente dos cidadãos nesse momento histórico, político e social de luta pela democracia em todos os campos. Essa constatação torna cada vez mais urgente a compreensão das contradições inerentes aos movimentos sociais e à conjugação de forças da classe trabalhadora em torno de um objetivo da superação da hegemonia burguesa.

REFERÊNCIAS

BERTONHA J.F. *História em movimento: fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo: Ática, 2000.

BRANT, V.C. **Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo**. In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

CARDOSO, Augusto. **Gestão e Conservação da Biodiversidade da Sócio e Bio Diversidade Bijagós**. 2015. 2...f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CORREIA DE ANDRADE, M. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-23, abr. 1984.

FRANK, André G.; FUENTES, M. “Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais”, in: *Lua Nova*, São Paulo, nº 17. pp.19-48. Junho 1989.

SOUSA, Santos, B. Prefácio. In: Santos, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p. pp. 13-22. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2)

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos**. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho. 2011. pp.127-143.

KI-ZERBO Joseph. **Para quando a África**: Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

GOHN, María da Gloria Marcondes. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**, São Paulo, Edições Loyola, 2008.

GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990. 214 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMOEIRO, M. C. **O mito do método**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 60-101. (Boletim Carioca de Geografia).

MARX, K. *O dezoito brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. *Miséria da filosofia*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. 2. ed. São Paulo: Ched Ed., 1980.

ROBERTSON, S.L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.17, n. 50, p.283-493, 2012.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777 – 821.

SANTOS, B. de S. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17 – 56.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. Thousand Oaks: Sage, 1994. 172 p.